

A DIREITA RADICAL: OS CASOS DO “BOLSONARISMO” E DO PARTIDO “CHEGA”

THE NEW RADICAL RIGHT: THE CASES OF “BOLSONARISMO” AND THE “CHEGA” PARTY.

Daniella Motta da Silva¹

¹Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: daniellamottadasilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1436-656X>.

Recebido em: 27/06/2022 | Aceito em: 08/10/2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 11, 2022
Daniella Motta da Silva
DOI: 10.12957/neiba.2022.68573 | e68573 | ISSN: 2317-3459

RESUMO

Diante de um cenário de crise de representação, no qual, é crescente o sentimento de descrença nas lideranças políticas tradicionais que se reflete em um significativo êxito eleitoral de lideranças de uma nova extrema direita; o presente artigo visa compreender esse panorama, apresentando brevemente os conceitos de democracia e populismo, buscando, subsequentemente analisar dois expoentes da extrema direita, o bolsonarismo no Brasil, e o partido português “Chega”, através do uso da metodologia qualitativa com um importante levantamento bibliográfico, que tem por finalidade a construção de uma pesquisa comparada. Explorando a hipótese de que apesar da pluralidade do fenômeno da nova extrema direita, grande parte do discurso dos diferentes atores políticos deste fenômeno pode ser considerado convergente.

Palavras-chave: Extrema direita; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

Faced with a scenario of crisis of representation, in which the feeling of disbelief in traditional political leaders is growing, reflected in a significant electoral success on the part of leaders of a new extreme right. This article aims to understand the panorama, briefly presents the concepts of democracy and populism, subsequently seeking to analyze two exponents of the extreme right, Bolsonarism in Brazil, and the Portuguese party “Chega”, with qualitative methodology and an important bibliographic survey, aiming to the construction of a comparative research. Exploring the hypothesis that despite the plurality of the phenomenon of the new extreme right, much of the discourse of the different political actors of this phenomenon can converge.

Keywords: Extreme Right; Brazil; Portugal.



INTRODUÇÃO

As lideranças de direita extremista surgem em uma ocasião propícia, na qual, a precarização social provocada pelos anos de políticas neoliberais criou uma sensação de frustração das populações em relação à política tradicional. É importante, nesse sentido, começarmos por entender, quais aspectos principais caracterizam a direita na política, podendo ser identificada por: priorizar direitos individuais em detrimento de uma maior preocupação para com direitos sociais; proteção da propriedade privada; império do sagrado; valorização da tradição; certa intolerância à diversidade; pela defesa nacional; é, em seu cerne, anticomunista, se identificando principalmente com as classes altas da sociedade (Bobbio, 1995).

Para além dessas características, podemos destacar que essa nova extrema direita, populista² e conservadora, possui características nacionalistas marcantes. Portanto, o nacionalismo ou ultranacionalismo é uma importante ponte para a compreensão do ideário extremista de direita, e, mesmo que alguns partidos se comprometam a avaliar a democracia representativa, sempre conservam uma certa tendência a discursos extremistas, reafirmando a preferência nacional. Nesse sentido, o êxito eleitoral verificado nos últimos anos também se estrutura a partir das políticas contestatórias dos partidos de direita, mas que tradicionalmente estão relacionadas à esquerda, como a luta pelo Estado de bem-estar social. Todavia, nesse caso, não está ligado ao bem-estar universal inclusivo e solidário, mas é na verdade um novo modelo de bem-estar estreitamente relacionado ao nacionalismo (Lozano, 2016).

Portanto, buscando compreender esse fenômeno político global, nesse artigo analisaremos dois políticos considerados integrantes dessa nova extrema direita. Posto que, em 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil de Portugal, Bolsonaroistas e o deputado português do partido “Chega”, André Ventura manifestaram importantes laços ideológicos. No dia 20 de setembro de 2022, Ventura expôs em sua rede social um agradecimento ao filho de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, pelo que chamou de “apoio e parceria indestrutível” entre o “Chega” e o candidato à reeleição no Brasil. Um dia antes do primeiro turno das eleições

² Entendendo o “Populismo” enquanto “lógica política” (Laclau, 2009).



presidenciais brasileiras foi à mesma rede social dizer que as eleições se tratavam de escolher entre “um ex-presidiário amigo do Sócrates” (ex-primeiro ministro português) e a “defesa dos valores da Nação, da Família e da Segurança”, reiterando seu apoio à candidatura de Bolsonaro.

Diante desses fatos, elegemos tais atores a serem analisados, retornamos à campanha de 2018 no Brasil e ao nascimento do partido “Chega” em Portugal, visando compreender quais aspectos e semelhanças conectam essas duas figuras políticas. Desvendamos as relações de similitude entre os dois agentes políticos por meio de um conjunto de informações e dados contidos em documentos e textos acadêmicos. Não perdendo de vista o fato de que são realidades com origens muito diferentes. Ademais, o partido “Chega”, terceiro mais votado do país, com 7,18% dos votos nas últimas eleições parlamentares de 2022, ainda que tenha obtido expressivo aumento desde 2019 quando obteve 1,29% dos votos, não corresponde à realidade brasileira de forma direta, mas reconhecendo que, dado o avanço indiscutível que esse partido obteve nos últimos anos, a relevância desta análise não pode ser menosprezada.

Portanto, apesar de não ser uma tarefa fácil catalogar a nova direita radical, dado o fato dessas lideranças não representarem um núcleo político homogêneo e possuírem suas peculiaridades nacionais e regionais; nossas escolhas neste artigo foram pautadas pelo momento eleitoral brasileiro e o apoio, um tanto inesperado, vindo da antiga metrópole. Assim, esta análise faz uso da metodologia qualitativa, realizando um estudo comparado por meio de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem crítico-analítica. O problema de pesquisa busca responder sobre quais são as características que unem a nova extrema direita, e como isso se reflete no Brasil e em Portugal? Utilizando especialmente dados de pesquisadores dos países citados, tanto sobre o Bolsonarismo (Pereira, 2021; Kalil, 2018; Messenberg, 2019; Risso, 2019), quanto sobre o “Chega” (Madeira *et al.*, 2021; Reis, 2020; Kumar, 2021; Marchi, 2015, 2020). Assim, esta análise procura: (I) propor uma breve reconstrução clássica dos conceitos de democracia representativa e populismo; (II) descrever os dois atores analisados, Bolsonaro e Ventura, e; (III) construir uma conclusão, em que serão apresentadas as principais semelhanças encontradas neste cenário.



1. A DEMOCRACIA FRENTE AO CRESCIMENTO DA NOVA EXTREMA DIREITA

A democracia, percebida como o oposto direto a outras formas de governo autocrático, é caracterizada como sendo constituída por um conjunto de regras, sejam elas primárias ou fundamentais, que devem estabelecer sujeitos e procedimentos para a tomada de decisões coletivas. Todavia, mesmo as decisões coletivas são tomadas por indivíduos. Desse modo, ao que se referem aos membros desse grupo indicados a deliberarem, ou auxiliarem na elaboração, de decisões coletivas, um regime democrático deve instituir à um número expressivo de membros tal capacidade, que estando baseado em uma lei fundamental, torna-se um direito (Bobbio, 1997). Portanto, é importante salientar, que caberá aos cidadãos não somente o ato de “influenciar”, mas, também, de “decidir” sobre questões que sejam de interesse público. Assim, a delegação de autoridade para que seja exercido o poder do Estado deverá se manifestar por meio das decisões coletivas (Cohen, 2000 apud Lüchmann, 2002).

De forma ampla as teorias democráticas podem ser divididas em: teoria participativa e elitismo democrático, facilmente diferenciadas pelo nível de participação desejado. Do ponto de vista dos participacionistas, o envolvimento político, individual ou coletivo, é essencial. O destaque é dado, portanto, à ação e à inclusão políticas, nesse modelo teórico da democracia, no entanto, características relacionadas à qualidade dessa atividade acabam negligenciadas (Lüchmann, 2012). Assim, tais interpretações participacionistas foram consideradas utópicas por grande parte dos estudiosos da política no século XX, membros da corrente teórica conhecida como elitismo democrático; posto que, a maioria dos teóricos da democracia do século passado, buscavam trazer um viés mais empírico e menos normativo para a teoria democrática, delegando ao exercício político popular uma importância reduzida no sistema (Bonifácio, 2013).

Afinal, é grande a probabilidade de que em diferentes casos nos quais as vontades estejam muito divididas, que as decisões políticas delas fornecidas, não sejam o que de fato deseja o povo. A teoria da participação clássica não prevê esta conjuntura (Schumpeter, 1961). Portanto, a pluralidade que compõe a sociedade civil, apresenta-se, dessa forma, como um aspecto de incerteza sobre o profundo peso normativo do conceito de democracia participativa que pode tornar mais difícil a compreensão das nuances das relações entre a sociedade e o Estado, ou entre



a sociedade civil e a sociedade política (Lüchmann, 2012). A normatização da gestão da atuação política com características democráticas deve ser o reflexo de uma estrutura, que não somente ofereça a oportunidade de integrar o processo aos mais variados atores, mas que, da mesma forma, potencialize a sua colaboração, por meio de mecanismos, procedimentos e normas, institucionalizados (Lüchmann, 2002).

Logo, é fundamental apontar o importante papel que o poder público e os partidos políticos, ou mesmo que o projeto político-partidário, têm no processo deliberativo, dado o fato de serem fundamentais enquanto fios condutores da concretização de espaços públicos participativos. O conceito de democracia deliberativa deverá presumir a existência de formas de participação institucionalizadas, ou, pelo menos, formalizadas, afinal, não é só o debate público de um sujeito plural, mas, igualmente, seu poder decisório, frente ao estabelecimento, público e coletivo, de ideias ou concepções, que geram o bem comum. A participação direta é essencial, como forma de canalizar o conhecimento e os valores coletivos locais mais relevantes à tomada de decisão, estimulando a manifestação da pluralidade e o fornecimento de informações (Lüchmann, 2002).

A democracia é concebida como um conjunto de instituições e práticas políticas, existentes em um corpo específico de direitos, uma ordem socioeconômica, em um processo capaz de produzir resultados vantajosos, sendo considerado um sistema de tomada de decisões coletivas sem igual (Dahl, 2012). A democracia se estrutura, portanto, com base em um processo de institucionalização de um grupo de procedimentos e normas, sejam elas formais, ou mesmo, informais, que, por serem regidos pelo pluralismo, igualdade política e, principalmente, pela deliberação coletiva, se tornam “capazes de eliminar ou reduzir os obstáculos para a cooperação e o diálogo livre e igual, interferindo positivamente nas condições subjacentes de desigualdades sociais” (Lüchmann, 2002, p.20).

Assim, atualmente a imagem da democracia é amplamente popular. A esmagadora maioria dos regimes buscam pelo direito de se intitularem, em algum aspecto, de “democracias”, e mesmo os que não atingem esse objetivo, insistem que seus sistemas de governo não são nada além de uma etapa essencial para que a democracia seja atingida em definitivo. Hoje, até ditadores



aparentam um reconhecimento de que certos aspectos democráticos são indispensáveis à legitimidade de seus regimes políticos. Entretanto, para os críticos, para os que são contrários e para os que são a favor do “governo do povo”, o importante é que o processo de decisão democrático, independente do grau de participação, deve gerar resultados desejáveis, do contrário não se justificaria (Dahl, 2012).

O descontentamento com as instituições democráticas liberais cresce concomitantemente, e com motivação convergente, ao passo que essas instituições se generalizam. Os indivíduos se tornam desiludidos com a “política”, posto que, importantes áreas da vida social passam a não corresponderem mais ao domínio acessível da autoridade política (Giddens, 1996). Neste novo cenário, a descrença nos partidos e nas instituições políticas, que emergiram junto com valores e ideias de outro momento histórico, são reflexo de uma população frustrada (Castells, 2018, p. 23).

As democracias participativas se veem indubitavelmente diante de uma crise de representação que acaba se manifestando em um crescente descontentamento com os partidos “tradicionais” e com o consequente surgimento de movimentos, do chamado, *anti-establishment*³ (Mouffe, 2019). Assim, podemos apontar como um dos resultados mais conhecidos deste processo, o surgimento de lideranças de extrema direita, ou de direita radical, que passam a emergir deste momento de frustração popular com a “política tradicional”. Por de trás do êxito da campanha pelo *Brexit*⁴ no Reino Unido, ou da vitória de Donald Trump nas eleições americanas de 2016, está um temor de que democracias liberais ocidentais sejam conquistadas por partidos de extrema direita (Mouffe, 2019). Visto que, a globalização da economia e da comunicação, aos poucos, vem se desestabilizando, e levando, junto com ela, à desestruturação das economias nacionais, limitando a capacidade do Estado-nação de responder, por si só, a problemas que são globais em sua essência, como as crises financeiras internacionais, o desrespeito aos direitos

³ Antissistema.

⁴ Processo de saída do Reino Unido da União Europeia.



humanos, o problema das mudanças climáticas, a economia criminosa ou o terrorismo (Castells, 2018).

Alguns exemplos de avanço dessa nova extrema direita, já podem ser observados pelo mundo, como: Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), Duterte (Filipinas) e Bolsonaro (Brasil). Podemos observar, também, em outros países governos que se assemelham a esta tendência como: Rússia (Putin) e Israel (Netanyahu). Em cada país, no entanto, essa nova extrema direita tem aspectos particulares, apesar disso, algumas características comuns estão presentes na maioria deles, especificamente o autoritarismo e o nacionalismo (Löwy, 2020).

Neste sentido, o que os diferencia da extrema direita tradicional, é que o objetivo destes partidos da nova extrema direita não é derrubar as instituições democráticas liberais. Sua estratégia fundamenta-se no estabelecimento de uma barreira política entre o povo e o sistema político tradicional (*establishment*) (Mouffe, 2019). Apesar de formalmente e frequentemente, estes partidos aceitarem o modelo democrático vigente, com a ascensão ao poder baseada no voto nas urnas como via única. Ao mesmo tempo, estas novas lideranças de direita radical se caracterizam pelo discurso de “limpeza” da política tradicional, se apresentando como destinados a eliminar do poder das elites consideradas corruptas e distanciadas das necessidades da população em geral (Camus, 2019).

2. OS CONTORNOS DE UM NOVO MODELO DE POPULISMO DE DIREITA

O populismo é um conceito controverso, logo o acordo acerca de seu significado e sobre como e quem qualificar de populista se mostra um tanto complexo. Posto que, diferentemente da democracia, outro conceito discutível, o populismo pode ser considerado principalmente uma atribuição analítica, afinal, a maioria dos políticos não estão ansiosos em serem identificados com o termo (Panizza, 2009). Porém, toda definição prevê uma perspectiva teórica capaz de dar sentido ao que se define. Consequentemente, tal definição, como o próprio conceito pressupõe, somente poderá ser instituída partindo de sua diferenciação em relação a outra coisa que é excluída por seu próprio arcabouço definidor (Laclau, 2009).



Assim, para começar, certa dimensão anti status quo é primordial para o populismo, pois a ampla construção das identidades populares exige a derrota do “outro”, que é visto como opressor do povo e, por isso, um impedimento à sua plena existência. O populismo é, neste sentido, uma forma de identificação à serviço de qualquer ator político que atue em um campo discursivo, no qual, a noção de soberania popular e sua decorrência inevitável, a luta entre poderosos e oprimidos, são peças centrais do imaginário político (Panizza, 2009).

Populismo, portanto, se reflete em questionamentos da ordem institucional por intermédio da construção de um “povo” agente histórico. Tomemos como guia a definição de Ernesto Laclau (2009) que entende por populismo não um modelo de movimento, ajustável à uma base social específica ou à certa orientação ideológica, mas uma lógica política. O “povo” se torna uma matriz representativa, na qual, certa particularidade assume a função de representação universal. Ocorre a subversão da identidade diferencial desta particularidade através da estruturação de cadeias de equivalência, assim, o campo popular resulta dessas substituições que passam a perceber-se enquanto representantes da sociedade como um todo (Laclau, 2009).

Consequentemente, se a sociedade alcançasse uma ordem institucional em que todas as demandas pudessem ser satisfeitas por seus próprios mecanismos inerentes, neste cenário o populismo não seria possível, mas também a política não o seria. A demanda pela construção de um “povo” surge quando essa satisfação não é atingida e os instrumentos sociais são utilizados de tal forma que se tornam símbolos dessa ausência (Laclau, 2012).

Dessa forma, a representação passa a ser a forma de homogeneização da massa heterogênea. A partir da realização de identificações políticas básicas, razões para decisões e escolhas particulares poderão ser dadas, no entanto, estas escolhas necessitam fundamentar-se em uma identidade que não precede, mas é resultado do processo de representação. A relação palavras/imagens, a primazia do “emocional” sobre o “racional” e também a sugestibilidade e identificação com os líderes, são características reais do comportamento coletivo. A criação do “povo” não seria factível sem o funcionamento dos mecanismos de representação (Laclau, 2012).



Sendo, os partidos populistas de direita muitas vezes os únicos que tentam mobilizar paixões e construir uma aparente identificação coletiva, por saberem que a política consiste inevitavelmente na criação de um “nós” versus um “eles” e que, conseqüentemente, implica na criação de identidades coletivas. Está, precisamente aí o poderoso apelo de seu discurso, pois, fornece maneiras coletivas de identificação em torno do “povo” (Mouffe, 2009).

Os populistas de direita alegam que serão capazes devolver ao “povo” a voz que lhes foi tirada pelas “elites”. Essas lideranças populistas de direita compreenderam que a política é sempre “partidária” e que demanda um confronto “nós/eles”. Ademais, reconhecem a necessidade de mobilização dos afetos para a construção de identidades políticas coletivas. Construindo uma fronteira política por meio do “populismo” entre o “povo” e o “establishment” (Mouffe, 2019). Ao construir essa oposição entre “povo” e “establishment”, o populismo de direita não só racha o quadro consensual, como também revela a fragilidade da perspectiva teórica dominante (Mouffe, 2009).

O “povo” surge como sujeito político, e todas as diferentes lutas individuais e possíveis incompatibilidades aparecem como partes de uma luta antagônica coletiva entre “nós” e “eles” (Zizek, 2006). Assim, o populismo tem a capacidade de enquadrar o “povo” de tal maneira que diferentes públicos são atraídos e suas demandas são articuladas, podendo gerar uma identidade compartilhada entre diferentes grupos, facilitando, portanto, seu apoio a uma causa comum (Mudde; Kaltwasser, 2017). De fato, as pessoas não seguem cálculos racionais sobre seus próprios interesses, elas imaginam quadros narrativos subconscientes organizados em torno de metáforas centrais. Suas crenças são baseadas nessas estruturas, não por argumentações racionais. Voltamos, neste sentido, à antiga oposição mito versus logos (simbólico versus fundamento), retórica versus raciocínio, metáfora versus significado conceitual estrito (Zizek, 2006).

É importante entender que os líderes populistas surgem com aparências, ideologias e invólucros distintos. Mas, todos eles têm uma coisa em comum, uma imagem cuidadosamente elaborada da “voz do povo⁵”. Inclusive os populistas de direita têm certa retórica ligada ao

⁵ Vox Populi.



confronto direto entre “povo” e “elite”, argumentando, principalmente, que a elite política conspira com a elite econômica para colocar “interesses especiais” acima dos “interesses gerais” (Mudde; Kaltwasser, 2017), “interesses” estes que apenas eles seriam plenamente capazes de representar.

3. UMA ANÁLISE DO BOLSONARISMO NO BRASIL

Em 1988, Jair Messias Bolsonaro entrou para a vida pública ao ser eleito vereador do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), se transferindo, assim, para a reserva remunerada do Exército. Nas eleições de 1990, foi eleito deputado federal, pelo mesmo partido, neste que seria o primeiro de sete mandatos sucessivos. Além do PDC, em sua extensa vida política já esteve filiado a outros oito partidos diferentes, sendo eles o PPR (1993-95), PPB (1995-2003), PTB (2003-2005), PFL (2005), PP (2005-2016), PSC (2016-2017) e PSL (2018), pelo qual foi eleito para o cargo de Presidente da República. Como deputado federal, ao longo dos 27 anos como membro do Congresso brasileiro, apresentou 171 propostas, sendo que apenas 2 se tornaram leis. Sua carreira política, apesar de extensa, era diminuta até 2018, ano em que, contrariando as expectativas, se tornou, ao vencer o segundo turno das eleições contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, Presidente da República Federativa do Brasil.

Não há dúvidas de que Bolsonaro soube aproveitar o momento de descrença da população brasileira com o sistema político, um sentimento que se aflora especialmente durante as manifestações de junho de 2013, ano no qual, uma poderosa onda de protestos tomou conta das principais cidades do país. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), realizada a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil e publicada no dia 6 de agosto de 2013, mostrou que 84% da população brasileira estava a favor das manifestações. De acordo com a pesquisa, as principais razões, entre os entrevistados, para protestar eram a revolta (37%) e a sensação de abandono (32%) para com os governantes (Risso, 2019, p.510). Nos anos seguintes os protestos não cessaram, de forma que as manifestações de descontentamento com o governo da então presidente Dilma Rousseff, permaneceram até seu impeachment em 31 de agosto de 2016. Durante as votações do impeachment no Congresso Nacional, o então deputado Bolsonaro,



declarou seu voto, em meio a aplausos, em honra de um antigo torturador da Ditadura militar brasileira, o General Ustra. Tal discurso de ódio, aos poucos, começou a penetrar em uma parte da população descontente, o que, por sua vez, colocou Bolsonaro em uma posição antagônica com relação aos governos de centro-esquerda que governavam o país desde 2003.

A frustração popular com a “política tradicional” foi amplamente reforçada pela campanha de negação do caráter político-institucional da candidatura de Bolsonaro à presidência. Tendo em suas mãos um importante recurso contra seu principal opositor, o evidente desprestígio do PT, Jair Bolsonaro, procurou evidenciar sua personalidade ao se colocar como um candidato do povo, acima de qualquer relação político-partidária, usando as redes sociais como principal meio de propagação de sua candidatura, superando, assim, também, o baixo orçamento da campanha. Ao mesmo tempo, que se colocava contra o sistema, não só o sistema político tradicional, mas igualmente em guerra contra os meios de comunicação, o que foi fundamental para o fortalecimento da identificação com seu eleitorado mais alinhado ideologicamente.

Débora Messenberg (2019) realizou uma análise dos discursos dos principais grupos ideológicos que apoiaram os protestos de 2015, no Brasil, que culminaram com o impeachment da então presidente Rousseff. Nomeadamente fizeram parte desta análise, os seguintes atores e movimentos sociais, Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra rua e Revoltados Online, e consequentemente suas principais lideranças, Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Rogério Chequer, Marcello Reis e Beatriz Kicis. Além de jornalistas como, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rachel Sheherazade, Felipe Moura Brasil e Rodrigo Constantino. Da mesma forma que os deputados federais à época, Jair Bolsonaro e Marco Feliciano. Dividindo em “campos semânticos” os temas centrais das narrativas dos mais influentes formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileira, sendo eles: o “Antipetismo”, e seus subgrupos derivados, Impeachment (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula), Corrupção, Crise econômica e Bolivarianismo. Da mesma forma, que o “campo semântico” do “Conservadorismo Moral”, com terminologias ligadas à Família tradicional, Resgate da fé cristã, Patriotismo, Anticomunismo, Combate à criminalidade (aumento da violência) e Oposição às cotas raciais. Assim como, referências a “Princípios Neoliberais”, Estado



mínimo, Eficiência do mercado (privatização), Livre iniciativa (empreendedorismo), Meritocracia e Corte de políticas sociais.

Em outubro de 2018, poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o DataFolha realizou uma pesquisa de opinião, que caminhou em paralelo com outra pesquisa realizada no mesmo ano pelo Instituto Ibope. Na pesquisa o DataFolha dividiu as intenções de voto em cada candidato nos seguintes aspectos: sexo, idade, escolaridade, renda e religião. O resultado foi uma presença mais efetiva do então candidato Bolsonaro entre o público masculino, com idade entre 25 e 34 anos, com escolaridade de nível médio, renda familiar girando em torno de 2 a 5 salários mínimos, no que diz respeito a cor e religião, são mais presentes neste grupo, pessoas de cor branca e religião cristã evangélica, principalmente (Pereira, 2021). De forma mais detalhada, uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU), com a coordenação da professora Isabela Oliveira Kalil (2018), tendo como elemento principal da análise a observação das manifestações de direita, da mesma maneira que de grupos e movimentos, tanto nas ruas, quanto nas redes sociais, dividiu os votantes de Jair Bolsonaro em grupos de eleitores com características semelhantes.

Tabela 1: Grupos selecionados do estudo da FESPSP.

Tipos Gerais	Aspectos Principais	Reivindicações
“As pessoas de bem”	Pessoas de classe média, acima dos 35 anos, que estão inseridos em núcleos familiares tradicionais.	Indivíduos preocupados com o “fim da impunidade”, veem a “corrupção” e a “impunidade” como os principais problemas do Brasil.
“Masculinidade viril”	Em geral homens de 20 a 35 anos de diferentes classes sociais.	Anseiam pela liberação de armas para civis, entendem a violência urbana como o principal problema social do país.
“Militares e ex-militares”	Pessoas que têm ou tiveram carreiras dentro de corporações policiais e Forças Armadas.	Criticam o crescimento da criminalidade, e o processo de desvalorização e sucateamento das instituições de segurança pública.



“Mães de direita”	Perfil composto por mulheres entre 30 a 50 anos, com filhos em idade escolar entre o ensino fundamental e o ensino universitário.	Desejam o que entendem como uma escola sem “ideologia de gênero”, temendo uma “doutrinação da ideologia de gênero” e/ou “doutrinação marxista” advindas dos professores.
“Periféricos de direita”	Perfil composto por pessoas de ambos os sexos que se identificam, em geral, com a categoria “pobres de direita”. Moradores das periferias, podendo ser profissionais de carteira assinada, autônomos ou pequenos empreendedores, desempregados e outros trabalhadores.	Perfil caracterizado principalmente por uma revolta pela violência e impunidade vividas em regiões periféricas do país, como violência contra a mulher e crianças, além de se caracterizarem pela indignação com problemas econômicos, desemprego, corrupção e má qualidade dos serviços públicos.
“Meritocratas”	Indivíduos de classe média alta e elites, com alto nível de escolarização.	Discurso anticorrupção e alto grau de antipetismo. Defendem redução ou corte de programas sociais.
“Líderes religiosos”	Este grupo é composto por padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e pessoas de reconhecida relevância e voz no meio religioso, principalmente cristão. Perfil muito importante por ser um propagador de ideias devido à sua posição de influência.	Rejeitam o que entendem como “ideologia de gênero”, vista, em geral, como pecado e degeneração em suas instituições religiosas. Propagam um discurso extremo contra o que chamam de “kit gay”, que seria um possível corruptor das crianças na escola.
“Fieis religiosos”	Grupo que se expressa através de uma pluralidade religiosa (evangélicos, católicos, espíritas, entre outras crenças). Em grande parte, também se caracterizam por colocarem a religião e suas crenças como norteadoras de suas opiniões políticas.	Veem uma inversão de valores nos últimos anos no país, na qual, a defesa do criminoso e não da vítima se tornou uma realidade, acreditam haver uma campanha de incentivo às drogas, ao aborto e a “promiscuidade” por parte de jovens “esquerdistas” e “feministas”.



“Isentos”	Pessoas que não têm o hábito de expor suas opiniões políticas publicamente.	Acreditam que uma mudança precisa acontecer e materializam isso na saída do PT do governo.
-----------	-----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Organizado pelo autor baseado em dados da pesquisa realizada pelo NEU da FESPSP.

4. UMA ANÁLISE DE ANDRÉ VENTURA E DO PARTIDO “CHEGA” EM PORTUGAL

Instituído como o 24º partido de Portugal em abril de 2019 pelo Tribunal Constitucional, apesar de, das 8312 assinaturas entregues pelo Partido “Chega”, sendo 7500 necessárias para a concretização do partido como uma força política nacional, terem sido validadas apenas 6499 e 1813 foram consideradas inválidas, posto que, segundo informações da TSF⁶ haviam assinantes com 8 ou até 114 anos (Reis, 2020). O “Chega” alcançou logo em suas primeiras eleições um lugar no Parlamento, e com seu presidente e fundador André Ventura, eleito deputado pelo círculo eleitoral de Lisboa, o maior do país nas eleições de 2019.

O “Chega”, assim, se tornou o primeiro partido radical de direita a obter assento no parlamento português, obtendo 1,29% em seu primeiro ano. Já em 2022 com a queda do Partido Social Democrata, o “Chega” pôde comemorar um feito surpreendente ao se tornar, de forma acelerada, a terceira força política na Assembleia da República, dessa forma, os três partidos mais bem votados foram: o Partido Socialista com 41,37%, garantindo 120 deputados; o Partido Social Democrata (PSD) com 27,67%, caindo de 79 para 72 deputados, se comparado à 2019; e o “Chega”, aumentando para 7,18% dos votos e agora obtendo 12 deputados⁷. Uma definição do partido, pode ser observada em seu site oficial, descrevendo-se como um partido político de base e natureza eminentemente popular que nasceu da incapacidade dos partidos e movimentos políticos tradicionais em lidar com as mudanças que eclodem por toda Europa, seja no âmbito econômico, ético ou social. O “Chega” se coloca contra a exploração da sociedade em proveito de projetos políticos que eles consideram ultrapassados.

⁶ TSF Rádio Notícias.

⁷ Ministério da Administração Interna de Portugal.



A imagem de André Ventura e a jornada do partido “Chega” na política portuguesa têm sido responsáveis por produzirem um intenso debate acerca do crescimento da extrema direita e das mudanças no sistema partidário português. Curiosamente, Ventura ganhou grande destaque na mídia portuguesa e na opinião pública do país pela maneira provocativa com que defendia os clubes de futebol portugueses em programas esportivos, sendo torcedor do Sport Lisboa e Benfica. Sendo Ventura visto como uma figura diferente na política de Portugal, uma espécie de outsider da política, apesar de ter um conhecido passado militante e até ter sido eleito vereador em Loures pelo PSD, no entanto, o aspecto político de sua vida era quase que totalmente desconhecido da comunidade portuguesa em geral (Leiria, 2019 apud Reis, 2020), o que o aproxima significativamente de nossa outra figura, já que Bolsonaro em sua campanha à presidência, também, era considerado uma outsider dos grandes palcos políticos.

Segundo informações do próprio Partido “Chega”, André Ventura deu seus primeiros passos na política quando ainda era estudante de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Em 2013 doutorou-se em Direito Público pela *University College Cork*, na Irlanda. Em sua vida acadêmica, trabalhou como professor convidado na Universidade Nova de Lisboa, na qual se formou, desde 2016 até 2018, e de professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, de 2013 a 2019. No ano de 2013, a carreira de Ventura na política teve início efetivamente, no Partido Social-Democrata, que na época era liderado pelo ex-primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho.

O ano de 2017, foi um marco na ainda curta carreira política de André Ventura. Durante as eleições autárquicas, o Ventura do PSD se tornou, então, o hoje conhecido político mais conservador de direita. Assim, nas eleições deste ano, o deputado social-democrata, que, na época, tinha sido indicado para liderar a corrida eleitoral à Câmara Municipal de Loures, acabou derrotado por Bernardino Soares, o candidato do Partido Comunista Português (PCP). Entretanto, o que marcou de fato esta disputa eleitoral foram as, no mínimo controversas, declarações de André Ventura sobre o povo cigano, segundo o *Jornal Económico de Portugal*, o então candidato pelo PSD, se referiu aos membros do povo cigano afirmando que “vivem quase exclusivamente de



subsídios do Estado” e “acham que estão acima das regras do Estado de Direito”⁸. Atualmente, Ventura desempenha as atribuições do cargo de deputado na Assembleia Portuguesa, além de ter sido eleito, igualmente, para a Assembleia Municipal de Moura nas últimas eleições autárquicas. Além disso, Ventura também foi candidato às Eleições Presidenciais em 2021, alcançando o terceiro lugar na corrida eleitoral com cerca de meio milhão de votos.

A conjuntura favorável às transformações no contexto político da direita portuguesa se iniciou na segunda década deste século, quando as consequências da crise financeira internacional de 2008 atingiram o país, sendo determinantes para a queda do governo socialista liderado por José Sócrates, e com o início do 19º Governo constitucional, de 2011 a 2015, sob a liderança do presidente do PDS com o apoio do Partido do Centro Democrático Social (CDS), Pedro Passos Coelho. O processo de desgaste político dos cinco anos do governo de Pedro Passos, empurraram os atores tradicionais do centro-direita para uma crise que abriu as portas para correntes, tanto da área extraparlamentar, como para descontentes internos aos partidos *mainstream*, mais radicais (Mendes & Dennison, 2020 *apud* Marchi, 2020). Nesse momento propício, o aparecimento do “Chega” permitiu transpor Portugal para um modelo de concepção conceitual sobre direita radical colocado pelo debate acadêmico atual (Marchi, 2020).

O Partido “Chega”, seu presidente e seus fundadores, não pertencem à tradição política portuguesa e não parecem interessados em se integrar a ela. Apesar de a orientação liberal-conservadora ser frequentemente reivindicada pelo partido, seus contornos são bem diferentes dos partidos tradicionais de direita do país, o que não deve ser alterado à curto/médio prazo, o que pode inclusive gerar ainda mais cisões internas, a partir do alargamento de suas bases. Ao que tange o conservadorismo social, por exemplo, especificamente a temática das minorias sexuais, os quadros do partido manifestam diferentes sensibilidades. No “Chega”, há uma corrente “confessional”, próxima à movimentos católicos e igrejas cristãs, expressamente contrária às agendas de políticas ligadas ao movimento LGBTQ+. Enquanto há, também, uma corrente “laica” mais ligada ao conceito liberdade individual da esfera privada e que prefere um partido voltado para temas em torno das disfuncionalidades do sistema político português. Ainda que, ambas as

⁸ Rafael Fernandes, Escola Superior de Educação de Viseu (online).



correntes convirjam ao se colocarem como opositoras do que chamam de “marxismo cultural”, entendendo que seria uma estratégia da direita radical para desestabilizar a identidade portuguesa, por meio de doutrinação de gênero nas escolas, ofensa a “família tradicional” e promoção do aborto (Marchi, 2020).

Em Portugal, como em outros Estados do continente, as difusões dessas ideias se deram em grande parte por meio das redes sociais. Segundo dados da Bareme Internet da Marktest, entre 2008 e 2021, o número de pessoas que utilizam redes sociais em Portugal quadruplicou, passando de 17.1% para 68.5%, além disso, entre os jovens dos 15 aos 24 anos os números são ainda mais expressivos, chegando a marca de 98.3% de usuários de redes sociais no país. Portanto, é compreensível que, como afirma Riccardo Marchi⁹ (2020 apud Kumar, 2021), o engajamento nas redes sociais tenha sido a estratégia escolhida pelo partido “Chega” para ultrapassar as barreiras dos baixos recursos materiais e ainda corroborar o estigma de um partido sempre alvo das críticas dos veículos de informação tradicionais. Segundo o próprio partido, em seu Programa Político criado no ano de 2021¹⁰, a matriz política do “Chega” baseia-se em quatro pilares, se autodenominando de Direita, Conservador, Reformista, Liberal e Nacionalista.

Ainda de acordo com o material disponibilizado pelo partido, apontaremos alguns dos marcos de sua matriz política. O partido entende a família como o centro de sua ideia de sociedade e, apesar de afirmar aceitar outras formas de estruturas de vida compartilhada, considera que “família natural” deve ser fundamentada na “relação íntima” entre um homem e uma mulher necessariamente. Da mesma maneira, defende o que entende como “identidade cultural” do país; assim como as Forças de Segurança, de forma a garantir sua “operacionalidade” e “eficácia” em responder às ameaças, listadas como: “atentados terroristas, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, tráfico de drogas, redes de crime organizado, corrupção, branqueamento de capitais, enriquecimento ilícito, guetização criminal suburbana e demais práticas ilegais e ilegítimas”.

Defende, também, o que entendem como “imigração controlada e responsável” e a “coesão nacional”. Em seu plano político reafirma a busca pelo favorecimento do mercado e da

⁹ Historiador especialista em estudos sobre a direita radical na democracia portuguesa.

¹⁰ Disponível em: https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/



iniciativa privada por sobre o Estado e a iniciativa pública. Visando, igualmente, a promoção do emprego, por meio do estímulo ao livre mercado e a concorrência. E, entende que a corrupção se tornou um problema nacional em Portugal “devido à importância que o socialismo vigente atribuiu ao Estado”¹¹. No âmbito da segurança nacional, no contexto das eleições legislativas de 2019, o “Chega” apresentou um manifesto político que pleiteava, entre outras coisas, por exemplo, dotar o país de meios militares, e o fim do “excesso de legítima defesa”, que abarca o caso de violência excessiva por parte das vítimas, tanto em casos de assaltos ou invasões de domicílio, como em casos de insubmissão ou ameaça a autoridades policiais¹².

Segundo as pesquisas das bases sociais do voto nas legislativas de 2022 em Portugal, realizadas pelos cientistas políticos João Cancela e Pedro Magalhães¹³, o partido “Chega”, encontra entre os homens o dobro das intenções de voto, que recebe entre as mulheres, além disso, está mais presente entre os eleitores de mais de 54 anos. Possuem, igualmente, menor penetração no eleitorado com ensino superior. Relembrando as eleições legislativas que ocorreram em outubro de 2019, o partido apresenta, no que tange o padrão territorial dos votantes, uma configuração inesperada, dado o fato de que historicamente os partidos de direita têm sido mais fortes no Norte e os de esquerda mais fortes no Sul de Portugal. Afinal, as regiões onde o partido tem uma votação acima da média nacional, se localizam especificamente no Sul do país, até o vale do Tejo. Esse novo partido de extrema direita tem, dessa forma, apresentado uma votação expressiva precisamente em uma região na qual antes o Partido Comunista Português tinha mais forte incidência, região na qual a presença de populações ciganas é mais relevante. Tal coincidência, aparentemente contraditória, entre dois partidos ideologicamente opostos, deve-se, no entanto, a um aspecto convergente, o fato de ambos serem vistos como alternativas que representam descontentamentos para os quais o sistema vigente não foi hábil em promover resposta (Madeira; Silva; Malheiros, 2021).

¹¹ Idem.

¹² Disponível em: <https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf>

¹³ Caderno Visão (online), Portal de notícias Sapo.Pt.



5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Com o propósito de efetuar uma análise comparativa dos atores políticos, nominalmente o Partido “Chega” de Portugal, em especial na figura de seu presidente André Ventura e do Presidente brasileiro Jair Bolsonaro, mesmo que não percamos de vista o fato de que são realidades com origens muito diferentes e que o partido “Chega”, terceiro mais votado do país, com 7,18% dos votos nas últimas eleições parlamentares de 2022, ainda que tenha obtido expressivo aumento desde 2019 quando obteve 1,29% dos votos, não corresponde à realidade brasileira de forma direta, reconhecemos, também, que, dado o avanço indiscutível que esse partido obteve nos últimos anos, a relevância desta análise não pode ser menosprezada.

Observamos, analisando os dois casos, que importantes convergências ideológicas podem ser encontradas, apesar das diferentes realidades políticas. O nacionalismo ou ultranacionalismo são um traço importante em ambos contextos, mostrando que o nacionalismo é uma categoria transversal capaz de conectar as diferentes forças da direita radical, por meio da ideia de defesa diante de “inimigos” externos ou internos. Há, também, um apelo bastante significativo na insistência de um discurso de conservadorismo social e na construção do arquétipo da família tradicional. No âmbito político, compartilham de um discurso constante anticorrupção. Além disso, do ponto de vista da campanha eleitoral, ambos os políticos analisados se apresentaram como sendo algum tipo de “outsiders políticos”.

Por fim, podemos extrair da análise desse recorte, comparando a campanha bolsonarista e o partido “Chega”, que apesar da pluralidade do fenômeno da nova extrema direita, muito do discurso dos mais diferentes atores políticos desse fenômeno é convergente, especialmente em seu conservadorismo social, e ao se colocarem, independentemente do tempo de experiência política, como “antissistema”, traços esses muito marcantes nessa nova direita radical. No entanto, é importante salientar que esta pesquisa, dada sua característica contemporânea, utiliza noções e materiais, em sua essência, provisórios, principalmente por reconhecermos o caráter flexível dos movimentos populistas. Mas uma coisa é certa, os movimentos de direita radical vieram para ficar, ao menos à curto/médio prazo, e apolítica tradicional deverá se adaptar a eles.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bareme Internet da Marktest. (2021). 5,9 milhões de portugueses acedem a redes sociais. Lisboa, Marktest Grupo. Disponível em: <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~27ff.aspx#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dad os,com%2015%20e%20mais%20anos>. [Acesso em 12 de março de 2022].
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.
- Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Bonifácio, Robert (2013). “Apontamentos teóricos a respeito do papel da participação política na democracia”. *Paraná Eleitoral - Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, 2 (3), pp. 387-414.
- Brieger, Pedro et al. (2019). *Neofascismo: de Trump a la extrema derecha europea*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chega (2021). Programa Político 2021. Chega. Lisboa, s.d. Disponível em: https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/. [Acesso em: 10 de março de 2022].
- Dahl, Robert A. (2012). *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Giddens, A. (1996). *Para além da Esquerda e da Direita: O futuro da política radical*. São Paulo: Editora UNESP.
- Kalil, I. O. (2018). Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. [Acesso em: 10 de março de 2022].
- Kumar, R. (2021). “Marchi, Riccardo (2020), A nova direita anti-sistema: o caso do Chega”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, s.v. (125), pp. 185-187.



Laclau, Ernesto. (2012). *La razón populista*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica.

Löwy, M. (2020). “Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro”. In: Faria, F. G.; Marques, M. L. B. (Eds.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Sobral-CE: Editora SertãoCult.

Lozano, K. C. (2016). “La nostalgia distópica: el resurgimiento del neofascismo y la extrema derecha en Europa”. *InterNaciones*, Guadalajara, s.v. (7), pp. 25-50.

Lüchmann, L. (2002). “A Democracia Deliberativa: Sociedade Civil, Esfera Pública e Institucionalidade”. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, s.v. (33), pp. 1-44.

Lüchmann, L. (2012). “Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações”. *Rev. Sociol. Polít.*, 20 (43), p. 59-80.

Madeira, P. M.; Silva, K. S.; Malheiro, J. (2021) “A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente”. *Cad. Metrop.*, 23 (51), pp. 469-498.

Marchi, R. (2015). “A identidade de Portugal no discurso da direita radical: do multirracismo ao etnonacionalismo”. *Estudos Ibero-Americanos*, 41 (2), pp. 422-442.

Messenberg, D. (2019). “A cosmovisão da “nova” direita brasileira”. In: FREIXO, A.; PINHEIRO-Machado, R. (Eds.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.

Ministério da Administração Interna. (2022) Eleições e Referendos. LSGMAI- Secretaria Geral. Disponível em: <https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral>. [Acesso em 12 de março de 2022].

Mudde, C.; Kaltwasser, R. (2017). *Populismo: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press.

Mouffe, C. (2019). “The populist moment”. *Simbiótica*, 6(1), pp. 6-8.



Panizza, F. [et al.]. (2009). *El populismo como espejo de la democracia*. California: Fondo de Cultura Económica USA.

Reis, J. P. (2020). “André Ventura – por Portugal pelos portugueses”. *Revista Movimentação*, 7 (13), pp. 73-90.

Risso, C. (2019). “La Red del Capitán: La estrategia electoral de Jair Bolsonaro”. In: Ormaechea, S.; Viniegra, L. (Eds.). *Las redes sociales como herramienta de comunicación persuasiva*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España.

Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalismo, Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

Žižek, Slavoj. (2006). “Against the populist temptation”. *Critical Inquiry*, 32(3), pp.551-574.

